



Informativo

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO BANCO DA AMAZÔNIA - AEBA



www.aeba.org.br aeba_associacao aeba@aeba.org.br Aeba Associação (91) 99292-7071

12 de abril de 2017

PLR 2016

Diretoria não faz o menor esforço para recompensar os empregados

A diretoria do Banco da Amazônia divulgou ontem no sistema de correio interno que “NÃO VAI PAGAR A PLR 2016”, pois as entidades não assinaram o Acordo. Gostaríamos nesse boletim de esclarecer essa questão.

Não assinamos o ACT PLR porque temos uma divergência com a diretoria. Entendemos que o valor a ser distribuído é de 9,25% do Lucro do Exercício (cerca de 15 milhões) e não o que a diretoria do banco quer distribuir, cerca de 3% do lucro (3,9 milhões). Se o banco deu lucro, **então entendemos que nos é**

devido o mesmo percentual que vem sendo distribuído desde 2009, faz oito anos.

Nosso entendimento está baseado no fato de que NOSSO ACORDO DE PLR Não está vinculado às metas com o SEST, essas metas não figuram no nosso acordo, trata-se de um acerto entre a diretoria do banco e o SEST – MPOG.

Entendemos também que os indicadores que resultaram no não atingimento dessas metas relacionam-se com as estratégias de gestão, como é o caso do provisionamento para grandes projetos financiados durante as

gestões anteriores; e com a própria dinâmica da economia nacional em 2016.

A nota divulgada ontem pela diretoria do banco é um exemplo dessa postura autoritária e que não permite o diálogo, pois ao invés de tentar uma solução negociada para o conflito, a diretoria tenta simplesmente jogar a culpa nas entidades e, com isso, tenta jogar os empregados contra as entidades. Além do mais, invoca uma suposta informação repassada na mesa de negociação sobre as tais metas do SEST.

Marcas dessa gestão

Uma diretoria que não cumpre acordos e ainda quer plantar dúvidas e medo

É triste dizer, mas essa diretoria não tem legitimidade para exigir o cumprimento de acordos (ainda que estejamos certos de não estarmos descumprindo nada), pois essa mesma diretoria fechou compromissos por escrito (não apenas verbal como alega que estamos desrespeitando) como, por exemplo, o de nos apresentar até 30 de novembro o novo PCS elaborado pela Deloitte. Nesse caso sim é possível falar de um desrespeito flagrante a um acordo escrito por parte da diretoria.

Em vez de plantar a dúvida e o medo entre os empregados, o alto comando do banco deveria, pelo menos, tentar rediscutir essas metas com o governo, tentar reabrir essa negociação, explicar as razões e buscar uma alternativa para valorizar os empregados. Isso sim seria uma atitude de quem se preocupa com os empregados, de quem está imbuído do objetivo de reconhecer os méritos dos empregados.

O presidente poderia inclusive usar toda sua capacidade de articulação política para buscar algo para todos e, não somente para si!